






Artigo original

Violência contra mulheres universitárias LGBTQIAPN+

Violence against LGBTQIAPN+ women university students

Violencia contra las mujeres universitarias LGBTQIAPN+

Brígida da Penha Ferraz¹ , Inaiá Aparecida de Almeida¹ ,
Cláudio Claudino da Silva Filho¹ , Maíra Rossetto¹ ,
Jeferson Santos Araújo¹ , Eduarda Luiza Maciel da Silva¹ ,
Henry Ford Dal'Col Frois¹ , Rene Lopes Nogueira Neto¹ 

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina, Brasil

Resumo

Objetivo: (re)conhecer as violências perpetradas contra mulheres universitárias LGBTQIAPN+. **Método:** pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória realizada com 47 mulheres universitárias, em sete instituições de ensino superior. A coleta de dados foi realizada em maio/2023 e março/2024, com questionário semiestruturado e os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. **Resultados:** as mulheres enfrentam violência física, moral e psicológica no espaço acadêmico, que deveria ser de acolhimento, inclusão e conhecimento. As ações e intervenções políticas são precárias nas instituições de ensino brasileiras, o que gera o sentimento de desamparo das universitárias ao lidar com o medo da violência iminente e a impunidade dos agressores. **Conclusão:** as Universidades devem promover segurança e assistência, inclusiva e equitativa, a pluralidade de seu corpo discente, para permanência estudantil digna, como parte essencial do direito à educação para todos, com a especificidade aos grupos historicamente marginalizados, como as mulheres LGBTQIAPN+. **Descritores:** Minorias Sexuais e de Gênero; Violência contra a Mulher; Universidades; Violência; Saúde Pública

Abstract

Objective: to (re)cognize the violence perpetrated against LGBTQIAPN+ women university students. **Method:** qualitative, descriptive, and exploratory research conducted with 47 women university students at seven higher education institutions. Data collection was carried out in May 2023 and March 2024 using a semi-structured questionnaire, and the data were analyzed using content analysis. **Results:** women face physical, moral, and psychological violence in the academic environment, which should be welcoming, inclusive, and conducive to learning. Political actions and interventions are inadequate in Brazilian educational institutions, which leads to a feeling of helplessness among women university students when dealing with the fear of imminent violence and the impunity of aggressors. **Conclusion:** Universities must promote safety and assistance, in an inclusive and equitable manner, to the diversity of their student body,

ensuring dignified student retention as an essential part of the right to education for all, with a specific focus on historically marginalized groups, such as LGBTQIAPN+ women.

Descriptors: Sexual and Gender Minorities; Violence against Women; Universities; Violence; Public Health

Resumen

Objetivo: (re)conocer las violencias perpetradas contra las mujeres universitarias LGBTQIAPN+. **Método:** pesquisa cualitativa, descritiva, y exploratoria realizada con 47 mujeres universitarias, en siete instituciones de enseñanza superior. La recopilación de datos se llevó a cabo en mayo de 2023 y marzo de 2024, con un cuestionario semiestructurado, y los datos se analizaron mediante el análisis de contenido. **Results:** las mujeres sufren violencia física, moral, y psicológica en el ámbito académico, que debería ser un espacio acogedor, inclusivo, y de conocimiento. Las acciones e intervenciones políticas son precarias en las instituciones educativas brasileñas, lo que genera un sentimiento de desamparo entre las universitarias al enfrentarse al miedo a la violencia inminente y a la impunidad de los agresores. **Conclusión:** Las universidades deben promover la seguridad y la asistencia, de manera inclusiva y equitativa, a la pluralidad de su alumnado, para una permanencia estudiantil digna, como parte esencial del derecho a la educación para todos, con especial atención a los grupos históricamente marginados, como las mujeres LGBTQIAPN+.

Descritores: Minorías sexuales y de género; Violencia contra la mujer; Universidades; Violencia; Salud pública

Introdução

A violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos, com consequências políticas, econômicas, sociais, psicológicas e culturais.¹ Apesar dos progressos já alcançados nesse campo, ainda há um longo caminho a percorrer para transformar a realidade atual. Esse fato pode ser visualizado pelo crescente número de vítimas, principalmente quando se refere a mulheres LGBTQIAPN+, pelas lacunas nas notificações de violência, que muitas vezes ignoram informações sobre identidade de gênero e orientação sexual, acarretando a invisibilidade do problema e dificultando a criação de políticas eficazes de monitoramento e enfrentamento, e pelo silenciamento e camuflagem dessas violências em determinados espaços sociais, como nas universidades.¹⁻²

Sobre as vítimas, o 15º Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2021 evidenciou um aumento de 45% nos casos de feminicídio no país no período de 2016 a 2020.³ Já a pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, evidenciou um aumento marcante em todas as formas de violência contra as mulheres no ano de 2022 e estimou que cerca de 18,6 milhões de mulheres brasileiras foram violentadas neste ano, sendo as mais vulneráveis aquelas com menor escolaridade, menor renda, negras

e separadas ou divorciadas. No entanto, a correlação entre maior vulnerabilidade e se identificar como mulher LGBTQIAPN+ não foi estabelecida.⁴

Ainda nesse contexto, é preciso considerar que o Brasil corresponde a um dos países com maior número de casos de violência que culminaram com a morte de pessoas LGBTQIAPN+, com uma morte a cada 29 horas. Além do alto número de casos fatais, essa população enfrenta um risco significativamente maior de sofrer violência, apresentando mais que o dobro de chances em comparação com outros grupos. Dentro desse cenário, as mulheres LGBTQIAPN+ são as mais vulneráveis, possuindo as maiores prevalências em todas as formas de agressão.⁵⁻⁶

Além disso, em relação aos espaços e ambientes sociais nos quais as mulheres são mais violentadas, é consenso que o ambiente doméstico consiste em um dos locais de maior incidência desse tipo de violência.⁷ Consequentemente, foi o primeiro a ser explorado, sendo tema da maioria dos estudos publicados e associado aos maiores avanços já alcançados pela sociedade, a exemplo da Lei nº 11340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Todavia, a violência não se restringe ao domicílio, mas acompanha o corpo da mulher pelos demais espaços sociais, como no ambiente de trabalho, nas maternidades, nos espaços públicos, redes sociais, como também nos ambientes acadêmicos. Contudo, ainda existe um véu que recobre as inúmeras formas de violências nesses espaços, responsável por naturalizá-las, banalizá-las ou suprimi-las, grande parte em decorrência das ideias deturpadas sobre papéis de gênero e submissão da mulher. Tal situação está relacionada com o fato das pesquisas e estudos ainda caminharem lentamente por esses territórios, como é o caso das universidades.⁸

Nesse contexto, trazendo o foco para as instituições de ensino superior, é preciso levar em conta que, apesar do propósito maior dessas instituições, de transformadoras da realidade social, as mesmas ainda se configuram como espaços de reprodução e naturalização da estruturação e funcionamento da sociedade. Nesses espaços são reproduzidas, de maneira implícita ou explícita, por todo o corpo docente, discente e servidores, as hierarquias de gênero, o binarismo e a inferiorização e hostilização daqueles que destoam da heterocisnormatividade.⁹

Ainda nesse seguimento, apesar do conhecimento sobre a reprodução dos padrões sociais nesses espaços, a violência contra mulheres nas universidades pode ser

descrita como uma discussão silenciada e camuflada que carece de atenção e resguardo, pela sua recorrência, subnotificação e consequências.¹ Nas bases de dados internacionais, a passos lentos, o assunto vem sendo debatido. Entretanto, o foco da maioria desses estudos tem se voltado a estudantes brancas cisheterossexuais, não abarcando as dimensões interseccionais do tema e desconsiderando a diversidade de exposição ao mesmo.¹⁰ Ademais, pesquisas relacionadas ao tema, também pontuam sobre a escassez de bibliografias com o olhar voltado às situações vivenciadas pelas acadêmicas tanto no Brasil, quanto no exterior.^{1-2,11-12} Ao se tratar de mulheres LGBTQIAPN+, essa escassez se torna ainda mais acentuada.¹³ Essa constatação, portanto, expõe mais um silêncio a ser desvelado, que resulta, novamente, na invisibilidade, banalização dos casos e em uma gama de impactos em todas as dimensões da vida das mulheres violentadas nessas instituições.¹²

Sendo assim, ao refletir sobre as lacunas supracitadas, entende-se como necessário interromper essa invisibilidade, descortinando essa realidade e dando voz a esse público. Por isso, este estudo tem como objetivo (re)conhecer as violências perpetradas contra mulheres universitárias LGBTQIAPN+. Desse modo, pretende-se contribuir para o melhor entendimento de como essa questão é vivenciada por essas mulheres nesse espaço, o que possibilitará a implementação de melhorias na condução e combate a esses atos.

Método

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, para explorar a complexidade dos contextos sociais, culturais e individuais na experiência dos participantes,¹⁴ neste artigo a violência potencial ou já sofrida por mulheres universitárias LGBTQIAPN+ no contexto universitário e a forma como elas identificam e se sentem. As modalidades exploratória e descritiva possibilitam, respectivamente, obter uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e descrever características, levantar opiniões, entre outras possibilidades, do fenômeno estudado.¹⁵

Participaram do estudo mulheres matriculadas em algum curso do ensino superior. Como critérios de inclusão, no primeiro momento, foram considerados os seguintes: identificar-se como mulher LGBTQIAPN+, estar matriculada em algum curso

de graduação, e ter idade igual ou maior que 18 anos. Já como critério de exclusão, foi estabelecido apenas a falta de domínio do português.

No entanto, durante o desenvolvimento do estudo, foi observado que algumas mulheres heterossexuais também responderam ao questionário. Na análise dos dados fornecidos por elas, foi observado que essas mulheres, que também são violentadas no contexto acadêmico, sentiram necessidade de falar sobre a situação precária das universidades no que diz respeito ao atendimento das mulheres vítimas de violência. Devido a relevância dos dados, elas foram incluídas no universo de participantes. Durante as análises, foram levados em conta os distintos lugares de fala de ambos os grupos e, em resposta ao objetivo primeiro do trabalho, o foco do estudo permaneceu na vivência das mulheres que se identificaram como parte da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, uma participante foi retirada do estudo por não ter atendido ao critério idade, pois se tratava de uma participante de 17 anos.

O número final de participantes não foi pré-estabelecido e a amostra foi definida pelo número de mulheres que se enquadraram nos critérios de inclusão e aceitaram participar durante o tempo pelo qual o questionário permaneceu em aberto para respostas.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, através do recurso *Google Forms*[®], em dois momentos. O primeiro aconteceu durante o mês de maio do ano de 2023 e o segundo durante o mês de março de 2024. A escolha pela utilização da plataforma *Google Forms*[®] se deu devido à ampliação da coleta de dados a universidades de diversas regiões do país, o que levou a uma limitação quanto às entrevistas presenciais, uma vez que elas demandam de recursos humanos e logísticos mais complexos, além de custos mais altos. Além disso, devido ao maior alcance proporcionado pela plataforma online, foi possível a participação de mulheres de três regiões distintas do país, o que ampliou a diversidade e representação das participantes.

No primeiro momento, o convite para a participação foi encaminhado via secretaria acadêmica aos e-mails institucionais dos estudantes de uma única universidade pública da região Sul do Brasil, em seus diferentes campi. Além disso, o convite também foi divulgado em grupos de estudantes, através do aplicativo *WhatsApp* e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), por meio do Instagram, ambos relacionados à mesma universidade citada anteriormente.

Nesse sentido, em decorrência da ampla divulgação, o questionário acabou alcançando mulheres universitárias de outras instituições de ensino, públicas e privadas, de diferentes regiões do país, o que culminou com uma ampliação do cenário de pesquisa. Acredita-se que tal situação tenha sido fruto do entendimento dos universitários quanto a necessidade do tema, seja por já terem vivenciado, presenciado, ouvido relatos sobre violências no âmbito universitário e/ou por conhecerem a precariedade das instituições de ensino brasileiras no que tange a assistência e enfrentamento dessa realidade.

Em decorrência disso, com o intuito de melhor entender a realidade das universidades citadas pelos participantes desse primeiro momento da pesquisa, optou-se pela realização de uma segunda coleta de dados. Neste segundo momento, foram realizados convites formais, via secretaria acadêmica, aos demais estudantes de todas as universidades que já possuíam participantes provenientes da primeira coleta de dados.

Quanto ao questionário utilizado para a coleta de dados, trata-se de um questionário semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, referentes à identificação pessoal, sobre já ter sido vítima violência no contexto acadêmico, o(os) tipo(os) de violência sofrida, o grau de proximidade com o agressor, os impactos causados na vítima e sobre ter ou não recebido algum apoio da instituição de ensino para enfrentamento da situação. Em relação ao encerramento da coleta, a mesma ocorreu após se atingir o critério de saturação dos dados, que ocorreu quando os dados coletados durante a pesquisa não apresentaram novas informações, não havendo mais conteúdo a ser agregado ao estudo.¹⁵

Os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo,¹⁶ que permite uma percepção de maneira sistematizada dos resultados qualitativos das entrevistas. Foram realizadas as etapas de pré-análise, exploração do material com a categorização das unidades de texto que se repetiram nos relatos fornecidos pelas participantes, o tratamento dos resultados e, por fim, a inferência e interpretação dos resultados.

Na etapa de pré-análise, após reunir todas as respostas obtidas em um único arquivo, foi realizada uma leitura flutuante do conteúdo. Em seguida, os dados foram agrupados de uma forma que permitiu a identificação dos núcleos de sentido. Seguiu-se, então, para a exploração do material, etapa na qual foi empregado um olhar atento

quanto à adequabilidade das etapas anteriores, para que, dessa forma, pudessem ser realizadas a codificação e a categorização das informações coletadas. Na codificação, foram estabelecidas as unidades de registro por temas e feito um recorte de falas seguido do agrupamento de todas aquelas pertinentes a determinado tema. A partir dessa etapa, as categorias foram construídas, cada uma sendo formada pela reunião das unidades de registros que possuíam relação e nomeadas com um título adequadamente abrangente. Dessa forma, as categorias já representam a transformação dos dados brutos em organizados, permitindo uma representação simplificada dos resultados obtidos.¹⁶

Ainda na etapa de exploração, também foi realizada a enumeração das unidades de registro por meio da contagem da frequência de aparição de determinada fala em cada categoria, de modo que a importância dessa fala foi atribuída de maneira diretamente proporcional à frequência de aparições. Já na fase de tratamento, inferências e interpretação dos resultados, foram realizadas a condensação dos dados e a disposição de informações em quadros e tabelas, o que permitiu uma visualização mais fácil das informações obtidas pela análise, facilitando, dessa forma, a interpretação dos resultados.

O presente estudo configura-se como um subprojeto que integra o projeto de pesquisa guarda-chuva intitulado “As pessoas Trans e seus itinerários no Sistema Único de Saúde (SUS): em busca do Direito de (re)existir”, estruturado, à princípio, com o objetivo maior de analisar o cuidado à saúde das pessoas trans no Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Chapecó – SC e região, entrelaçando seus itinerários de vida, formativos e de cuidados em busca do Direito de (re)existir. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), parecer nº 3.547.323, aprovado em 02/09/2019, CAAE nº 19369019.8.0000.5564.

Resultados

Participaram da pesquisa 47 mulheres universitárias, matriculadas em sete instituições de ensino superior, localizadas nas regiões sul, sudeste e nordeste, cada região representando, respectivamente, 89,4%, 8,5% e 2,1% da amostra. Dentre as instituições de ensino, três são privadas e quatro são públicas. A idade média das participantes foi de 25,5 anos, com mediana de 24 anos e desvio padrão de 7,3.

Quanto à cor/raça, 68,1% se declararam como brancas, 23,4% como pardas e 8,5% como pretas. Já no que se refere ao status atual de relacionamento, 46,8% estavam solteiras, 44,7% namorando, 6,4% casadas e 2,1% divorciadas.

Em relação a identidade de gênero, 89,3% das participantes são cisgênero, 4,3% travestis, 4,3% não binários e 2,1% mulheres transsexuais. Sobre a orientação sexual, 46,8% das participantes identificaram-se como bissexuais, 23,4% como lésbicas, 15% como heterossexuais, 10,6% como pansexuais, 2,1% queers e 2,1% não souberam responder.

Realidade enfrentada pelas mulheres universitárias LGBTQIAPN+ no contexto estudantil

Através da análise dos dados obtidos neste estudo foi possível evidenciar algumas situações que fazem parte do dia a dia de mulheres LGBTQIAPN+, enquanto membros de comunidades acadêmicas de instituições de ensino superior brasileiras.

Primeiramente, quando questionadas quanto ao sentimento de estarem seguras dentro do campus, 65,9% responderam que se sentem seguras, 29,8% não se sentem e 4,3% não souberam responder. No entanto, ao serem questionadas sobre já terem sido vítimas de violência no contexto acadêmico, 68,1% já sofreram algum tipo de violência e 31,9% não, gerando uma contradição de dados, pois apesar da maioria já ter sido violentada, o sentimento de segurança ainda prevaleceu entre as entrevistadas. Contudo, essa incoerência passou a fazer sentido quando tipo de violência foi analisado.

À investigação quanto ao(s) tipo(s) de violência sofrida, foram citados os tipos psicológica, moral, sexual e física. Também foi observado que os tipos psicológica e moral ocuparam o primeiro e o segundo lugar, com frequências de aparição similares nas falas das entrevistadas, a sexual ocupou o terceiro lugar e a violência física, o quarto lugar. Além disso, dentre as participantes que sofreram violência, 56,3% relataram ter sofrido um tipo de violência, 37,5% dois tipos, 3,1% quatro tipos e 3,1% não especificaram.

Nesse sentido, a constatação de que a maioria das entrevistadas compartilharam do sentimento de estarem em segurança no campus, apesar de já terem sofrido algum tipo de violência, evidencia a existência de uma normalização e banalização de alguns tipos de violência, como a psicológica e a moral.

A constatação da contraditoriedade dos dados que foi citada de antemão também foi observada quando, ao questionamento sobre a convivência com medo de sofrer violência no

contexto acadêmico, 55,3% das respondentes relataram sentir medo, 31,9% não sentir e 12,8% não souberam responder, apesar de, anteriormente, a maioria das entrevistadas terem relatado que se sentem seguras dentro do campus. Essa constatação, novamente, pode corresponder ao fato de as violências tenderem a ser cada vez mais implícitas, falseando uma sensação de segurança, mas, ao mesmo tempo, mantendo um impacto emocional e psicológico nas vítimas. Esse paradoxo, em que a vítima, por um lado, se sente segura, mas, por outro, vive constantemente sob o estigma e o risco de violência, é o que reforça a sensação de vulnerabilidade e alerta citada pelas entrevistadas.

Em relação ao local onde o evento aconteceu, a sala de aula foi considerada o local mais violento, ficando as festas de faculdade, como calouradas e/ou encontros em casas de colegas, como o segundo local mais violento, seguido pelos “outros locais” não especificados, arredores do campus, refeitório/lanchonete e banheiro, nesta ordem.

No que diz respeito ao agressor, os principais relatos obtidos citavam alunos do mesmo curso, seguido de professores, alunos de outros cursos, desconhecidos e outro funcionário da instituição de ensino, nesta ordem.

Quanto a percepção das participantes sobre a relação entre a violência sofrida e a identidade de gênero e/ou orientação sexual da vítima, 65,6% das mulheres que já foram violentadas disseram acreditar que houve relação, 31,3% acreditam que não existiu relação entre a violência sofrida e sua identidade de gênero e/ou orientação sexual e 3,1% não souberam responder.

Por fim, sobre conhecer outra mulher LGBTQIAPN+ que tenha sofrido violência no contexto universitário, 55,3% das entrevistadas referiram conhecer, 40,4% não conheciam e 4,3% não responderam, dados que também evidenciam a realidade violenta enfrentada por essas mulheres nos ambientes acadêmicos.

Realidade das instituições de ensino superior brasileiras

Com o estudo, também foi possível obter um panorama geral de como as universidades brasileiras têm atendido às demandas e garantido o direito das mulheres LGBTQIAPN+.

Perguntas sobre a atitude da vítima após ter sofrido violência e em relação ao acolhimento e ações realizadas pela instituição nortearam esta investigação. Nesse sentido, quando as entrevistadas foram questionadas sobre o conhecimento da

existência, em suas respectivas instituições de ensino, de algum serviço direcionado ao enfrentamento da violência e ao suporte às vítimas, “não sei/desconheço/não faço ideia/acho que não/nunca ouvi falar/não possui” foram as afirmações mais recorrentes.

Acerca da atitude da vítima após ter sofrido a violência, novamente por meio da análise da frequência em que cada atitude apareceu no discurso, foi visto que “não contei a ninguém” e “não fiz nada” foram as colocações mais frequentes. Seguindo este raciocínio, “contei a amigos/familiares/namorado” foi a segunda atitude mais frequente entre as vítimas. A afirmação de que “não vale a pena denunciar” também apareceu em algumas falas. Já o ato da denúncia, propriamente dito, foi relatado como “denunciei na ouvidoria” e “denunciei em delegacia” por apenas duas participantes. Também, foi evidenciada a seguinte fala em um dos discursos, “não denunciei por medo de retaliação”.

Em meio às participantes que compartilharam com alguém a situação vivenciada, “não me senti acolhida” foi a principal percepção.

O que as mulheres universitárias LGBTQIAPN+ esperam das instituições de ensino

Quando questionadas sobre o que acreditavam que poderia ser feito pelas instituições de ensino para promover um ambiente mais seguro para as mulheres LGBTQIAPN+ e sobre o tipo de suporte que esperavam da universidade para as vítimas de violência e para a prevenção de novos casos, as respostas das participantes permitiram a criação de três grupos de medidas a serem adotadas pelas instituições: Atividades educativas; Acolhimento/Apoio Psicológico; Criação de protocolos para atender/encaminhar/denunciar/punir.

Em relação a implementação de atividades educativas sobre diversidades dentro das universidades, as mulheres universitárias LGBTQIAPN+ destacaram a importância dessa ação ser realizada, uma vez que as raízes do problema são estruturais e, por isso, demandam de educação para serem alteradas. Para elas, é preciso:

Conversar sobre essas violências, sem fingir que não acontecem, porque só o aumento do número de guardas ou instalação de câmeras/postes de iluminação não são suficientes. A violência tem base estrutural e complexa, precisa ser discutida. (P02)

Único meio que considero viável seria palestras sobre e apoio a causa, pois não temos o poder de mudar pensamentos de vidas inteiras infelizmente. (P12)

Já no que se refere ao “Acolhimento/Apoio Psicológico” foi visto que as mulheres universitárias LGBTQIAPN+ se sentem desamparadas institucionalmente e esperam que exista um espaço para acolher as vítimas e que seja ofertado um serviço com profissionais capacitados, como psicólogos, para ajudá-las no enfrentamento da situação. Essas constatações podem ser evidenciadas nas falas a seguir:

Deveria existir algum serviço direcionado para as vítimas, para acolhê-las, ouvir, atendimentos psicológicos. (P32)

Equipe de acolhimento especializada – e não apenas servidores interessados e de boa vontade, porém pouco conhecimento (P40).

Oferecer espaços de escuta com profissionais experientes e capacitados. (P25)

Por último, levantaram também a necessidade da criação de protocolos quanto ao atendimento das mulheres em situação de violência, para que haja um fluxo definido a ser seguido, para que as mulheres saibam onde buscar ajuda e, também, para que recebam todo o suporte necessário. Além disso, a necessidade de punição para os agressores também foi levantada. Essas demandas podem ser vistas através das seguintes colocações:

Criar um protocolo de enfrentamento à violência e uma comissão multidisciplinar para avaliar os casos e direcionar para a solução adequada (P15).

Oferecer um canal de denúncia mais assertivo e rápido, que não fique duvidando da vítima, que sempre seja rápido para tomar atitudes. A punição dos infratores seria o ideal, aliada à união das mulheres presentes no centro (P45).

Ter um espaço seguro de denúncia e consequente punição (P03).

Nessa perspectiva, diante das colocações supracitadas, observa-se não apenas a falta de assistência institucional, mas também um favorecimento quanto à perpetuação dessas práticas discriminatórias. A omissão das instituições de ensino contribui para a formação de pessoas incapazes de lidar com a pluralidade de sujeitos e com as interseccionalidades que o integram, situação que reforça a manutenção de uma cultura de intolerância.

Discussão

A análise dos resultados proporcionou uma compreensão abrangente da complexidade das experiências vivenciadas por mulheres LGBTQIAPN+ em universidades brasileiras, marcada por violência, muitas vezes proferida de forma implícita, e insegurança emocional, apesar de uma falsa sensação de segurança no ambiente acadêmico.

Essa falsa sensação de segurança identificada, pode ser explicada pela banalização de certos tipos de violência, como a psicológica e a moral. Isso acontece pois, por se tratar de formas mais sutis e silenciosas de violências, que não deixam marcas físicas no corpo, que se diluem no contexto social, manifestando-se em forma de uma palavra “mal dita”, uma humilhação ou um julgamento, esses tipos de violência acabam passando uma falsa sensação de segurança para as vítimas. Esse fato, somado à recorrência dessas situações no cotidiano acadêmico, faz com que as vítimas “se acostumem” a conviver com elas.¹⁷

Tais tipos de violências são descritas na literatura como violência simbólica, uma prática baseada em mecanismos que naturalizam representações ou ideias dominantes nos espaços sociais, impondo sua “aceitação”. Neste caso, a ideia dominante baseia-se na crença de que a heterossexualidade seja o parâmetro normal, a única forma adequada e legítima de expressão da identidade e comportamento sexual, o que faz com que tudo que dela destoa, seja colocado como anormal, desviante, imoral e perverso.¹⁸

Entretanto, apesar de não resultarem em um “olho roxo” para conferir a legitimidade social da violência, as sequelas causadas por essas formas simbólicas são perversas e, de forma geral, podem desencadear mais danos que a violência física, pois culminam com o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos diversos, como depressão, transtornos de ansiedade, fobias, entre outros.¹⁷

Além disso, a possibilidade da ocorrência de agressões físicas e/ou sexuais estão sempre presentes no cotidiano dessas mulheres, em qualquer espaço que ocupem. Esse contexto, embora acompanhado da sensação de segurança relatada pelas participantes, desencadeia um permanente estado de alerta, o que ajuda a explicar o medo de serem violentadas, que foi reportado pelas entrevistadas.¹⁷

Em relação ao local de ocorrência da violência, a porta de entrada para a violência contra mulheres em geral nas universidades é a recepção aos calouros, local onde acontecem o maior número de humilhações, desrespeitos, discriminações e intimidações.¹⁹ Entretanto, neste estudo a sala de aula foi considerada o local mais violento, ficando as comemorações de recepção aos calouros como o segundo local mais violento.

No que diz respeito aos autores dos atos violentos, foram citados principalmente os colegas de turma e os professores. Esses dados corroboram com o estudo “abusos nos

campus”, um levantamento inédito realizado pelo Intercept Brasil, divulgado em 2019, que analisou casos de ocorrências de violências, provenientes de 122 instituições de ensino, sendo 32 delas particulares e 88 públicas. Perante a análise das denúncias, a maioria das vítimas apontaram os alunos e os docentes, nesta ordem, como principais agressores.²⁰

Ao relacionar os dados quanto ao local com maior predomínio de violências e os autores da violência, entende-se que os docentes são responsáveis por grande parte delas, principalmente ao se tratar da violência simbólica. Muitos desses profissionais trazem toda a influência da moralidade social para dentro das salas de aula e manifestam explicitamente ou de forma implícita seus preconceitos. Outros, chegam despreparados, desconhecendo os saberes necessários sobre diversidade de gênero e sexual. Além disso, os próprios currículos dos cursos de graduação, considerados como “formais”, colaboram com a perpetuação dessa situação, uma vez que, tradicionalmente, esses currículos são norteados por meio da pressuposta normalidade heterossexual, sendo, dessa forma, excludentes.¹⁸

Sobre a percepção das participantes, de que existe relação entre sofrer violência e ser LGBTQIAPN+, foi possível evidenciar que esta conclusão está em consonância com o estudo sobre violência contra pessoas LGBTQIAPN+, realizado em 2023, o qual evidenciou que pessoas LGBTQIAPN+ possuem mais que o dobro de chances de sofrer qualquer tipo de violência. Identificaram também que as mulheres LGBTQIAPN+ apresentaram as maiores prevalências de todos os subtipos de violência.⁶

No tocante ao baixo índice de denúncias formais, o medo de retaliação em decorrência da efetivação de denúncias e a descrença na efetividade dos processos institucionais, pode-se verificar que a situação é semelhante aos dados obtidos em um estudo realizado no ano de 2019, no qual 92,5% da amostra composta por vítimas de atos discriminatórios, não realizaram nenhum tipo de denúncia na universidade, enquanto os outros 7,5%, que levaram o caso às instâncias da instituição, relataram ausência de qualquer tipo de providência. Ou seja, 100% foi o percentual de falha na apuração e aplicação de sanções e/ou penalidades para os agressores deste estudo.²⁰

Ainda no estudo supracitado, o medo de sofrer algum tipo de represália/retaliação apareceu como justificativa para o silenciamento da vítima. Posto isso, quando o responsável pela violência é um professor, esse medo de retaliação está relacionado principalmente a perda da disciplina ou até mesmo do diploma. Dessa forma, apesar do respaldo garantido

pelo Artigo 216-A do Código Penal, que define o crime de assédio e a punição, as vítimas acabam preferindo não denunciar, devido ao medo descrito.²⁰

Outro fator levantado que influencia a não realização de denúncias formais se relaciona ao descrédito na resolução em relação às demandas das mulheres LGBTQIAPN+. Uma tendência nos casos de violência contra as mulheres em geral é a culpabilização da própria vítima pela violência sofrida, tendência nos casos de violência contra as mulheres em geral.^{1,12}

A lacuna referente ao apoio institucional relatada pelas participantes deste estudo reflete um panorama geral das universidades brasileiras, com o objetivo de identificar se existem nas instituições de ensino brasileiras políticas para lidar com os casos de violência contra mulheres - recebimento de denúncias, acolhimento das vítimas com atendimento psicológico e/ou jurídico e iniciativas para prevenção de novos casos.²⁰ A partir dessa busca foi visto que a maioria dessas instituições não possuíam políticas internas estruturadas para este fim, mas poucas diretrizes abstratas, sem protocolos específicos. Algumas, ainda, atribuem às delegacias de mulheres e/ou às unidades de saúde a responsabilidade de atendimento e de acolhimento das vítimas.

Nesse sentido, para o entendimento das raízes dessa situação, inicialmente, é preciso pensar a universidade enquanto um espaço político e social, considerando seu potencial para a reprodução de opressões, violências e privilégios. Historicamente, este espaço foi predominado por pessoas brancas, heterossexuais e abastadas financeiramente. No entanto, com o processo de democratização do ensino superior no país, possibilitado pela implementação de políticas que ampliaram esse acesso, uma diversidade de sujeitos passaram a ocupar este espaço - estudantes pretos, pardos, indígenas, gays, lésbicas, travestis, transexuais, assexuais, não binários e outros. Por conseguinte, as desigualdades sociais, hierarquias de gênero, raça e cor imperaram neste cenário.²¹

Nesse interim, também é realidade que a viabilização da permanência não caminhou de maneira conjunta à ampliação do acesso, uma vez que as estruturas institucionais demonstraram pouco avanço no que diz respeito às políticas de proteção e combate à discriminação nas universidades.²² Outro estudo mostrou que mulheres jovens, negras e não heterossexuais apresentam maior risco de sofrer violência de gênero no período em que se encontram na universidade. Diante disso, esta situação contextualiza as bases da realidade enfrentada por mulheres universitárias

LGBTQIAPN+ no que diz respeito ao apoio institucional aos casos de violências sofridas no contexto acadêmico.¹¹

Entretanto, destoando da realidade global sobre o tema, foi observado que algumas universidades brasileiras deram o primeiro passo para a mudança dessa realidade. Duas das consideradas pioneiras, e que serão utilizadas como exemplos neste trabalho, são a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB).

Atualmente, a USP conta com a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), criada em 2022, que tem como função propor, coordenar, centralizar e apoiar políticas transversais na universidade embasadas pela equidade e interseccionalidade. Ela é estruturada em cinco diretorias que atuam de forma articulada, sendo elas “Vida no Campus”, “Mulheres, Relações Étnicas Raciais e Diversidades”, “Saúde Mental e Bem-Estar Social”, “Direitos Humanos e políticas de reparação, memória e justiça” e “Formação e vida profissional”.²³⁻²⁴

Essa Pró-Reitoria foi criada com o objetivo de intervir na realidade levantada neste trabalho sobre a situação das universidades brasileiras que, apesar de terem aderido e promovido a ampliação do acesso através das políticas de cotas, não promoveram meios para viabilizar a permanência do novo perfil de estudantes. Nesse escopo, uma das diversas perguntas que a PRIP se propôs a responder com a sua criação foi “Como garantir condições similares para a realização da carreira docente considerando a pluralidade de diferenças que sobre ela incidem, tais como legislações estaduais e nacionais, condições de gênero, sexualidade e étnico-raciais?”. Para responder a esse questionamento, a Diretoria de Mulheres, Relações Étnicas-Raciais e Diversidades, nasce com a função de atuar na proposição de pautas e políticas visando garantir a pluralidade através da promoção de “respeito e igualdade de existência e permanência para toda a comunidade USP, independente de identidade de gênero, orientação sexual, cor, etnia, nacionalidade ou deficiências”.²³⁻²⁴

No entanto, as intervenções quanto à garantia da permanência na universidade não tiveram início apenas à época de criação da PRIP. Diversos projetos já atuavam de maneira exemplar nesse sentido. Um deles, é o Escritório USP Mulheres, fundado em 2016 com o objetivo de implementar iniciativas e projetos voltados à igualdade de gêneros. O Escritório possui três grandes áreas de atuação: uma de programas, que promove ações para o

enfrentamento de violência de gênero e promoção da igualdade; uma de pesquisas, que apura o embasamento teórico para a tomada de decisões quanto aos trabalhos a serem realizados e faz a divulgação dos dados relacionados ao público interno e externo à instituição; e uma de comunicação, que concentra-se na parte de produção de materiais educativos, divulgação em redes sociais e promoção de eventos.²⁵

Desse modo, um dos trabalhos realizados mediante atuação do Escritório será usado como exemplo neste estudo, pela sua ótima estrutura e pelo fato de ter corroborado com as demandas levantadas pelas mulheres que participaram deste estudo quando questionadas sobre o que esperavam das universidades. O trabalho em questão envolve a participação de diversos setores internos e externos à universidade e foi descrito e divulgado por meio do “Protocolo de Atendimento da Superintendência de Assistência Social da Universidade de São Paulo para casos de Violência de Gênero Contra Mulheres”. O protocolo promove a sistematização do atendimento das mulheres em situação de violência, e está estruturado em quatro fases que serão resumidamente descritas aqui.

A primeira fase consiste no primeiro contato com a mulher para identificação de sua demanda e situação de segurança. A vítima será acolhida com discrição, respeito e proteção à sua integridade e à sua dignidade. Caso seja necessário, a Guarda Universitária ou a Polícia Militar podem ser acionadas e em caso de violência sexual ocorre o encaminhamento imediato da vítima para o serviço de saúde.

Na segunda fase, o atendimento ficará por conta da equipe de assistentes sociais. O protocolo destaca os princípios éticos que devem ser respeitados, como a garantia do sigilo, da privacidade, sem tolerância para qualquer tipo de discriminação. O protocolo também frisa que o atendimento deverá ser orientado pelo acolhimento empático, por uma escuta ativa e respeitosa, que valorize os sentimentos da pessoa em situação de vulnerabilidade e a autonomia e dignidade da vítima.

Na terceira fase serão realizadas as orientações quanto aos possíveis encaminhamentos dentro e/ou fora da USP, sobre a formalização de denúncias dentro e fora da instituição e pedidos quanto a adequações acadêmicas que forem necessárias. Também será mediado o contato, quando possível, com os serviços de saúde, psicossociais, de reparação e de restituição de direitos.

Por fim, na fase quatro serão feitos os registros do atendimento para a notificação dos casos, para fins estatísticos. O protocolo pede que seja reforçado com a mulher que ela não está sozinha, que ela não é responsável pela violência sofrida, deixando aberta a possibilidade de buscar por um novo acolhimento para reavaliar os encaminhamentos e outros motivos que forem precisos para a restauração da saúde, direitos, atividades na universidade e relações afetivas e sociais.

Ao final do atendimento, o contato com a vítima de violência é continuado e o acompanhamento é feito com frequência estabelecida de acordo com a situação da mulher e do desenrolar do caso, para garantir que essa mulher receba realmente um apoio adequado.

Além da USP, a UnB também é uma das pioneiras no país quanto ao enfrentamento da violência no ambiente universitário. Em 2013, essa universidade criou a Diretoria da Diversidade, responsável por atender, promover e garantir os direitos de grupos minoritários no ensino superior, com destaque para mulheres, negros, indígenas e comunidade LGBTQIAPN+.²⁶

Quanto à atuação desta Diretoria, o foco pedagógico e preventivo possui destaque. Para isso contam com a promoção de rodas de conversas, debates, parcerias com coletivos sociais e atividades de capacitação para docentes e outros servidores da instituição em relação a lgbtqiapn+fobia, práticas de racismo e violência de gênero. Também, são pensadas políticas setoriais voltadas à inclusão e garantia de direitos. No tocante a violência, a UnB, através dessa Diretoria, disponibiliza às vítimas atendimentos psicológicos, sociais e pedagógicos, garantido o acolhimento, a escuta e o encaminhamento para a formalização de denúncias dentro da universidade e nos devidos órgãos externos destinados a este fim.²⁶

Outro ponto implementado pela UnB é a inserção da Diretoria supracitada no âmbito da rede de proteção às mulheres do Distrito Federal, o que permite a realização de um trabalho conjunto entre universidade e outras instituições governamentais e não governamentais que possam auxiliar no suporte e enfrentamento dessa realidade.²⁶ Em relação a punição ao agressor, também citado por algumas das entrevistadas, o protocolo destaca a importância de esclarecimento da vítima sobre as diferenças entre a formalização da denúncia dentro e fora da universidade e sobre as competências e possíveis medidas que poderão ser adotadas por cada instância.

No caso das universidades, é preciso que as vítimas saibam que essas instituições não são parte do sistema judiciário, logo não podem prender, punir ou processar judicialmente os abusadores e agressores. Porém, cada universidade tem a autonomia e o dever de abrir um processo de sindicância que poderá se transformar em processo interno disciplinar ou educativo.

Visto isso, pensando na implementação de mudanças nas universidades brasileiras, considerando que o protocolo atende a todas as demandas levantadas pelas mulheres entrevistadas neste estudo, acredita-se ser possível que ele seja utilizado como referência para que as demais instituições também promovam suas adequações.

Reconhece-se como limitações deste estudo o número de universidades participantes, o que impossibilitou a construção de um panorama geral abrangendo todas as regiões do país, além de não ter sido possível uma comparação entre a situação em instituições públicas e privadas. Diante disso, almeja-se a construção de outros trabalhos mais abrangentes sobre o tema, para que essa realidade seja descortinada com dados cada vez mais fidedignos.

Acredita-se que os resultados deste estudo possam colaborar com a mudança da realidade explicitada ao dar visibilidade ao problema e ao estimular a mobilização dos representantes das universidades brasileiras para que se posicionem efetivamente contra a desinformação, preconceito e, principalmente, contra a violência. Espera-se oferecer um direcionamento para as universidades, que ao conhecer os anseios do seu público, possam se adequar para melhor acolhê-lo. Além disso, espera-se que as instituições ainda com ações incipientes sobre o enfrentamento do preconceito e da violência possam utilizar como exemplo as políticas e ações adotadas por instituições que já avançaram nesse aspecto, como são os casos das Universidade de São Paulo e de Brasília.

Conclusão

Conhecer a realidade enfrentada pelas mulheres LGBTQIAPN+ nas instituições de ensino superior é primordial para que debates sejam realizados e mudanças implementadas. Com o estudo foi possível confirmar que essas mulheres são violentadas fisicamente, moralmente e psicologicamente durante a vida acadêmica nos locais que, teoricamente, deveriam ofertar-lhes acolhimento, inclusão e conhecimento. Além disso, também foi visto

que muitas dessas agressões partem de pessoas que, em vez de contribuir para a construção de um ambiente respeitoso, reforçam a exclusão e o preconceito.

Também foi possível constatar que a precariedade de políticas e ações para intervir nessa realidade ainda é uma realidade em grande parte das instituições de ensino brasileiras. Devido a isso, o sentimento dessas mulheres quanto ao espaço acadêmico em que habitam é de desamparo, pois precisam lidar com o medo da violência iminente, não se sentem acolhidas e ainda convivem com a angústia gerada pela impunidade dos agressores.

Ainda assim, essas mulheres mantêm a esperança de que essa realidade possa ser transformada e que as universidades ainda possam assumir, de fato, seu papel como agentes promotores de mudanças sociais. Para isso, esperam que as instituições se adequem para atender a pluralidade advinda do novo perfil de estudantes e os consequentes desafios que vieram junto, e que criem maneiras de promover segurança e assistência a seu corpo discente, com atenção especial a grupos historicamente marginalizados, como as mulheres LGBTQIAPN+.

Dessa forma, almeja-se que a permanência estudantil digna deixe de ser apenas um ideal e se concretize como parte essencial do direito à educação, que vem sendo conquistado pelas populações que historicamente foram/são invisibilizadas em nosso país. Para tanto, é imprescindível que as universidades não apenas reconheçam a diversidade, mas também se comprometam com ações efetivas que garantam um ambiente acadêmico verdadeiramente seguro, inclusivo e equitativo para todos.

Referências

1. Lima RR, Modesto NPS, Barroso MF, Sousa VFF. Violência contra as mulheres na universidade: uma discussão silenciada. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social [Internet]. 2020 [acesso em 15 nov 2023];1(1). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33398>.
2. Carvalho EFM, Lagardia J, Deslandes SF. Sistemas de informação sobre violência contra mulheres: uma revisão integrativa. Ciênc Saúde Colet. 2022;27(4):1273-87. doi: 10.1590/1413-81232022274.08722021.
3. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 [Internet]. São Paulo: FBSP; 2021 [acesso em 17 dez 2023]. 200 p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>.

4. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil [Internet]. 4ª ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2023 [acesso em 17 nov 2023]. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/f485a782-01e7-447e-9768-6f29f124ac1a/content>.
5. Mott L, Oliveira D, Reis T. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil [Internet]. Salvador: Grupo Gay da Bahia (GGB); 2021 [acesso em 07 dez 2023]. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/mortes-violentas-de-lgbt-no-brasil/>.
6. Vasconcelos NM, Alves FTA, Andrade GN, Pinto IV, Soares Filho AM, et al. Violência contra pessoas LGB+ no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. *Rev Bras Epidemiol*. 2023;26:e230005. doi: 10.1590/1980-549720230005.supl.1.1
7. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas da Violência 2025 [Internet]. Brasília (DF): IPEA; 2025 [acesso em 17 out 2025]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>.
8. Paes EA, Souza GQ, Moás LC. Descortinar sobre o assédio em ambiente universitário. In: Amorim UAF, Cavaliere DAS, Serrano PJ, Hagino CHMS, Gonçalves LC, Maciel AS, et al, organizadores. Direitos, inclusão social e cidadania [Internet]. Volta Redonda: FOA; 2021 [acesso em 17 out 2023]. p. 71-81. Disponível em: <https://editora.unifoa.edu.br/wp-content/uploads/2023/07/vi-simposio-direito-e-book.pdf>.
9. Fernando Filho A, Garcia ORZC. Criação da CDGEN: uma estratégia institucional para combater a LGBTfobia no ambiente universitário. *Rev Lab Iberoam Estud Sociohist Sexual*. 2022;7:34-47. doi: 10.46661/relies.6170.
10. Klein LB, Brewer NQ, Mennicke A, Christensen MC, Baldwin-White A, Clow C, et al. Centering minoritized students in campus interpersonal violence research. *J Fam Violence*. 2021;36:911-21. doi: 10.1007/s10896-020-00223-8.
11. Tassinari TT, Honnef FH, Arboit J, Langendorf TF, Paula CC, Padoin SMM. Violencia de género entre estudiantes universitarias: evidencia sobre prevalencia y factores asociados. *Acta Colomb Psicol*. 2021 dez;25(1):105-20. doi: 10.14718/ACP.2022.25.1.8.14.
12. Martins R, Fraga P, Lawall JS, Costa AP. Violência sexual contra mulheres estudantes no ambiente universitário: o caso de uma universidade brasileira. *Sociol On Line*. 2021 dez;(27):99-123. doi: 10.30553/sociologiaonline.2021.27.5.
13. Potter S, Moschella E, Moynihan MM, Smith D. Sexual violence among LGBTQ community college students: a comparison with their heterosexual peers. *Community Coll J Res Pract*. 2020;44(10-12):787-803. doi: 10.1080/10668926.2019.1706668.
14. Guerra ALR, Stroparo TR, Costa JM, Castro Júnior FP. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. *Rev Gest Secr*. 2024;15(7):1-15. doi: 10.7769/gesec.v15i7.4019.
15. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Atlas; 2022.
16. Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011.
17. Santos MJA. Violência psicológica contra as mulheres: a presença desse fenômeno junto às discentes de um curso numa universidade pública na Bahia [monografia]. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; 2019 [acesso em 02 nov 2023]. Disponível em: https://ri.ufrb.edu.br/jspui/handle/123456789/3160?locale=pt_BR.
18. Moretti-Pires RO, Vieira M, Finkler M. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. *Saúde Soc* [Internet]. 2022 [acesso em 18 nov 2023];31(4):e200662pt. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1424464>.

19. Godinho MIA. Decolonizando o olhar – representações visuais e subjetividades nos coletivos universitários contra a violência de gênero - 2010 a 2020 – UNESP, USP e UNICAMP [tese]. Marília: Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências; 2022 [acesso em 07 dez 2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/235200>.
20. Sayuri J, Sicuro R. Abusos no campus [Internet]. The Intercept Brasil; 2019 [acesso em 10 nov 2023]. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>.
21. Ribeiro CJ, Moraes CDF, Krüger NRM. A universidade e os corpos invisibilizados: para se pensar o corpo LGBT. Divers Educ. 2019;7(2):357-72. doi: 10.14295/de.v7i2.9305.
22. Santos ER. Do silenciamento ao reconhecimento: estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe [monografia]. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; 2024 [acesso em 26 out 2025]. 85 p. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/21640/2/Elis_Regina_Santos.pdf.
23. Universidade de São Paulo (USP), Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP). Mulheres, relações étnico-raciais e diversidades [Internet]. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP); 2023 [acesso em 20 dez 2023]. Disponível em: <https://prip.usp.br/apresentacao-diversidades/>.
24. Universidade de São Paulo (USP), Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP). Quem somos [Internet]. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP); 2023 [acesso em 20 dez 2023]. Disponível em: <https://prip.usp.br/p-apresentacao/>.
25. USP Mulheres. Dúvidas frequentes [Internet]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2023 [acesso em 20 dez 2023]. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/duvidasfrequentees/>.
26. Almeida TMC, Zanello V. Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas [Internet]. Brasília (DF): OAB; 2022 [acesso em 20 dez 2023]. Disponível em: <https://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2022/01/PANORAMAS-DA-VIOLE%CC%82NCIA-CONTRA-MULHERES-NAS-UNIVERSIDADES-BRASILEIRAS-E-LATINO-AMERICANAS.pdf>.

Fomento / Agradecimento: A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo fomento à iniciação científica, tecnológica e inovação, com números de registro no sistema prisma: PES 2023 - 0548 e PES 2023 - 0553.

Contribuições de autoria

1 – Brígida da Penha Ferraz

Autor Correspondente

Médica, Pós-graduada – brigidaferraz00@gmail.com

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

2 – Inaiá Aparecida de Almeida

Acadêmica de Medicina – inaia_almeida@hotmail.com

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

3 – Cláudio Claudino da Silva Filho

Enfermeiro, Pós-Doutorando – claudio.filho@uffs.edu.br

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

4 – Maíra Rossetto

Enfermeira, Doutora – maira.rossetto@uffs.edu.br

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

5 – Jeferson Santos Araújo

Enfermeiro, Doutor – jeferson.araujo@uffs.edu.br

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

6 – Eduarda Luiza Maciel da Silva

Enfermeira, Mestranda – eduardaluizamds@gmail.com

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

7 – Henry Ford Dal'Col Frois

Bacharel em Medicina – henryfordfrois@gmail.com

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

8 – Rene Lopes Nogueira Neto

Bacharel em Medicina – rene.netoii@gmail.com

Concepção e/ou desenvolvimento da pesquisa e/ou redação do manuscrito; Revisão e aprovação da versão final

Editor-Científico: Eliane Tatsch Neves

Editor Associado: Raissa Passos dos Santos

Como citar este artigo

Ferraz BP, Almeida IA, Silva Filho CC, Rossetto M, Araújo JS, Silva ELM, Frois HFD, Nogueira Neto RL. Violence against LGBTQIAPN+ women university students. Rev. Enferm. UFSM. 2025 [Access at: Year Month Day]; vol.15, e45:1-22. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769291321>